



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA

ISSN 2525-3441

Laura Silveira de Souza

Universidade Federal de Pelotas

orcid.org/0000-0003-1107-9618

laurasouza.pel@gmail.com

Helano Fader Cavalcante Ribeiro

Universidade Federal da Paraíba

orcid.org/0000-0003-0192-0397

hjcribeiro@gmail.com

A biblioteca como espaço de relações de poder em O Nome da Rosa, de Umberto Eco

RESUMO: Este artigo pretende analisar o espaço da biblioteca em O Nome da Rosa, romance de Umberto Eco, como local no qual se dá uma luta por poder manifestada principalmente através do cerceamento dos livros ali guardados, entendidos aqui como arquivo. Intenta-se investigar onde reside o poder do arquivo e por quais formas é feito o controle do seu discurso, destacando ainda a relação de dependência existente entre os termos arquivo e arconte ou, no caso da obra analisada, a relação entre biblioteca e bibliotecário. Para este artigo foram usados predominantemente os filósofos Jacques Derrida, Michel Foucault e Giorgio Agamben, além de outros pesquisadores que investigaram a relação arquivo-discurso-poder.

Palavras-chave: Romance; Arquivo; Controle; Discurso; Biblioteca.



Desde sua publicação em 1980, e na esteira do sucesso que a seguiu, *O Nome da Rosa*, do italiano Umberto Eco, foi, e continua sendo, alvo da crítica acadêmica, principalmente após a publicação do *Posfácio ao Nome da Rosa*, lançado três anos após o livro original pelo próprio Eco. Alguns pesquisadores procuraram

interpretar o romance de acordo com o exposto no *Posfácio*, ou ainda em outras obras teóricas do autor, como por exemplo a tipologia de leitores delineada por Eco em *Lector in fabula*. Outro caminho percorrido é o do estudo intertextual, posto que o romance pode ser considerado um pastiche linguístico e literário de símbolos e signos, ou ainda o do estudo do gênero da obra, fomentando o debate sobre a qual gênero a obra de Eco pertence: se a narrativa seria um romance gótico, um romance detetivesco, um romance histórico ou ainda uma metaficção historiográfica.

Não obstante a inegável importância desses estudos, e dos muitos outros não remetidos aqui, uma obra relevante e complexa como *O Nome da Rosa* propicia ao estudioso literário outros temas igualmente importantes. Desta forma, a análise aqui proposta versará sobre as relações de poder que regem o espaço da biblioteca e os discursos de poder presentes na ficção supracitada, buscando averiguar a existência de um possível aspecto de dependência entre eles, usando o arquivo como fio condutor.

Umberto Eco afirma em seu *Posfácio ao Nome da Rosa* que uma das primeiras bases de seu romance foi o conceito de uma biblioteca guardada por um cego: primeiro porque precisava pagar sua dívida a Borges¹ e segundo porque gostava da ideia. Partindo dessa premissa, Eco desenvolve seu enredo a partir do ponto de vista da personagem Adso de Melk, que narra os acontecimentos ocorridos na abadia durante um conclave religioso. Redigido em forma de crônica medieval, o romance relata tanto o embate entre as diferentes facções da igreja quanto as atribulações de um monge franciscano, Frei Guilherme de Baskerville, ao solucionar crimes ocorridos pouco antes de sua chegada e durante sua estadia no lugar ligados a um livro proibido, o segundo volume da *Poética* de Aristóteles. Apesar de o cenário da ficção ser o mosteiro, é inegável que a maior parte da ação se refere a biblioteca da abadia e seus enigmas.



Ao mergulhar no universo das bibliotecas medievais, pode-se afirmar que o romance retrata o poder que estas exerceram e, assim como outras narrativas de bibliotecas, reimagina e idealiza a fantasia de uma biblioteca universal que abriga e ordena a totalidade da história humana e da produção cultural.

Pode-se argumentar ainda que a biblioteca do mosteiro faz um retorno ao sonho da biblioteca de Alexandria de reunir num único lugar todo o arquivo humano disponível. Um espaço baseado na ordem e na racionalidade, no qual o conhecimento é primeiro classificado e depois mantido, armazenando textos de todos os tipos sob uma rígida estrutura, na qual cada item possui algum tipo de relação com os outros objetos.

O monastério arquitetado por Eco era pequeno mas rico, conhecido por todo o universo cristão pelo seu acervo, composto não apenas por aquisições feitas pela abadia mas também através dos monges que o visitavam e que, como forma de pagamento, ofertavam a ela outras obrasⁱⁱ. Seu tesouro não eram as relíquias incrustadas de pedras preciosas que eram estocadas na Igreja, mas os livros e manuscritos que eram copiados e permutados e a promessa de lá encontrar raridades.

No início da narrativa, o abade Abbone explica para a personagem Guilherme de Baskerville que a abundância de seu acervo está ligada à ordem beneditina, comprometida em resguardar o saber através da cópia de manuscritos e de defender a palavra de Deus, opondo-se a "corrida rumo ao abismo, conservando, repetindo e defendendo o tesouro da sabedoria que nossos pais nos confiaram [...] e a própria palavra de Deus, tal qual ele a ditou aos profetas e aos apóstolos, tal qual os pais a repetiram sem trocar as letras [...]" (ECO, 1983, p. 53). Nota-se na passagem a ênfase do abade na questão da repetição dos ensinamentos divinos e seu desassossego sobre os conhecimentos ilegítimos propagados por hereges. A missão dos monges era ser "os archotes e a luz alta do horizonte" e "os guardiões da palavra divina" (ECO, 1983, p. 53), defendendo a cultura cristã da arte e da literatura da antiguidade.

Contudo, apesar da preocupação do abade com a manutenção da palavra de Deus, a biblioteca da abadia não se limitava em reunir objetos em concordância com a doutrina, nem em apenas



preservar o que era considerado como o melhor da cultura humana ou da produção intelectual daquela época, ou ainda o que seria relevante para as gerações futuras, mas sim toda a produção humana possível. O acervo da biblioteca era consagrado tanto ao terreno como ao sagrado.

O romance, mesmo contando as aventuras de frei Guilherme de Baskerville e de ser narrado por Adso de Melk, não coloca nenhum deles como o engenheiro das tramas que movem a narrativa. Toda a ação é uma resposta a ação primeira tomada pela personagem Jorge de Burgos, antigo bibliotecário, no que ela entendia como um ato de defesa. Sob o controle de Jorge, a biblioteca da abadia se tornou um espaço de proibições, cuja intervenção buscava não intensificar ou produzir conhecimento, mas obstruí-lo, levando outros personagens a uma atitude de resistência. É inquestionável que a lealdade do ex-bibliotecário era para com a biblioteca e sua proteção e não com os monges a quem aconselhava, ou com o abade a quem servia, nem mesmo com a ordem beneditina a qual pertencia. A relação de Jorge com a biblioteca pode ser descrita como uma simbiose, na qual a existência de um ser sustenta a existência do outro.

Essa relação indelével entre biblioteca e bibliotecário descrita na ficção encontra respaldo na obra *Queima de arquivo: Uma impressão freudiana*, de Jacques Derrida, na qual o autor afirma que a relação entre arquivo e arconte é indissolúvel, pois a única responsabilidade do arconte é zelar e organizar o arquivo, enquanto que este só pode existir mediante a existência de um ser que o alimente e o regule.

É certo que arquivo não seria a biblioteca das bibliotecas, “nem a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado” (FOUCAULT, 2015, p. 157), mas a função que desempenham é análoga e, desta forma, é possível fazer um paralelo entre os termos pois ambos representam um “meio no qual o conhecimento histórico e as formas de memória são acumuladas, armazenadas e recuperadas^{iiiiiv}” (MEREWETHER, 2006, p. 10).

Charles Merewether, em *The archive: documents of contemporary art*, percebe o arquivo como “um repositório ou sistema ordenado de documentos e registros, tanto verbais como



visuais, que é o fundamento a partir do qual a história está escrita” (MEREWETHER, 2006, p. 10) enquanto que Derrida entende que o arquivo seria constituído por rastros, um rastro que seja “apropriado, controlado, organizado, politicamente sob controle” (DERRIDA, 2012, p. 130). Para o francês, esse rastro não é necessariamente um objeto, mas sim aquilo que “parte de uma origem mas que logo se separa da origem e resta como rastro na medida em que se separou do rastreamento, da origem rastreadora. É aí que há rastro e que há começo de arquivos” (DERRIDA, 2012, p. 121), privilegiando a *experiência*, e não o *objeto*.

Usando os textos *Moisés e o monoteísmo*, de Freud, e *Moisés de Freud: Judaísmo terminável e interminável*, de Yerushalmi, como objetos de análise, Derrida em *Queima de arquivo* define arquivo a partir do termo grego *arkheion*, “a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam” (DERRIDA, 2001, p. 12). Assim, o arquivo seria o local onde eram alocados pelos *arcontes* os documentos que remetiam a diversos acontecimentos da cidade.

Da teoria de arquivo proposta por Derrida pode-se inferir que o processo de arquivamento não apenas registra, mas produz fenômenos, acontecimentos, já que os métodos, ou tecnologias de arquivamento possuem o poder de definir e limitar o que pode ser arquivado sendo, portanto, um processo político. Ao iniciar a problematização do termo arquivo, o autor revive o termo *arkhé*, palavra que possui um significado duplo: **começo e comando**, problematizando a questão de quem comanda o arquivo e ainda a sua origem.

Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou história, *ali onde* as coisas *começam* – princípio físico, histórico ou ontológico – mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico. (DERRIDA, 2001, p. 11)

Os *arcontes*, “aqueles que comandavam” (DERRIDA, 2001, p. 12), ocupariam então o papel de gestor, regentes do arquivo, os que exerceriam a sua autoridade no espaço da *arkheion*, não apenas como guardiões de tais

registros, mas como intérpretes. A palavra tem sua origem na Grécia Antiga, designando os magistrados supremos de



algumas cidades-estados, principalmente de Atenas que, originalmente, eram encarregados com poder de legislar.

A personagem Jorge de Burgos, apesar de ser um antigo bibliotecário, cuja carreira foi terminada pela cegueira, ainda era a autoridade da biblioteca, escolhendo bibliotecários e auxiliares que pudessem seguir “às cegas” suas ordens sem a necessidade de dividir com eles todos os segredos do labirinto da biblioteca. Ele não era apenas o bibliotecário, função pertencente a personagem Malaquias, mas o *arconte* do imenso acervo da biblioteca do mosteiro, disposto a matar para defendê-la do que ele considerava uma ameaça.

Em oposição a *arconte*, o termo bibliotecário pode ser compreendido como o profissional que constrói arqueologias para tratar, organizar, conservar e divulgar os objetos que armazena, montando catálogos, elaborando bibliografias e estabelecendo regras. A partir dessas duas definições, percebe-se uma diferença entre as duas funções: enquanto o *arconte* seria o governante daquele espaço, o bibliotecário seria o seu administrador.

Essa diferença é bastante marcante no romance de Eco no qual, enquanto Malaquias, chamado por Jorge de “um executor fiel” (ECO, 1983, p. 524), é considerado pelos monges como alguém que “defendia a biblioteca como um cão de guarda, mas sem compreender direito o que guardava” (ECO, 1983, p. 473), é o ex-bibliotecário quem governava não só a biblioteca mas também a abadia, como mostra uma conversa entre as personagens Guilherme e Jorge sobre o abade Abbone:

Usaste-o por quarenta anos. Quando percebeste que estavas ficando cego e não poderias continuar a controlar a biblioteca, trabalhaste com afinco. Fizeste eleger abade um homem em quem podias confiar, e fizeste nomear bibliotecário, primeiro Roberto, de Bobbio, que podias instruir a teu bel-prazer, depois Malaquias, que precisava da tua ajuda e não dava passo sem consultar-te. Durante quarenta anos foste o dono desta abadia. (ECO, 1980, p. 523)

É válido comentar que, na narrativa, existia uma hierarquia cujos dois maiores postos eram os de bibliotecário e de abade e, quando o último não possuía mais condições de dirigir o mosteiro, o primeiro tomava a sua posição. Na passagem acima, Guilherme alude ao fato de a iminente cegueira de Jorge arruinar sua posição como



bibliotecário e conseqüentemente, de próximo abade e às estratégias usadas por Jorge para não deixar que suas limitações atrapalhassem os seus planos de controle da abadia. Assim, entende-se que em *O Nome da Rosa* o bibliotecário ocupava uma posição de fachada, "um germânico meio morto com olhos de cego está a escutar devotamente os delírios do espanhol cego com olhos de morto" (ECO, 1983, p. 150) controlado pelo *arconte*.

Em "Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud", Joel Birman afirma que a relação entre *arquivo* e *arconte* causaria ainda no arquivo a perda de uma "fixidez e suposta estabilidade documental, isto é, a sua pretensa dimensão de fato e de verdade material, para se transformar pela consignação, realizada pelo intérprete, em verdade histórica" (BIRMAN, 2008, p. 116). Se a organização e manutenção do arquivo é dependente de um guardião, isso corrobora que o arquivo é um conceito político, uma vez que não só está sujeito a história, mas também a subjetividade de seu protetor/intérprete. Assim como Birman, Foucault, ao explicar o que seria o arqueólogo do conhecimento, também aludiu à importância de quem determina, e quais as condições que permitem que a história seja inserida no arquivo.

Este argumento reflete a interpretação de Derrida sobre o problema da integridade do arquivo, problema que pode ser percebido na narrativa de Eco. Apesar da biblioteca da abadia descrita na obra ser "a única luz que a cristandade pode opor às 36 bibliotecas de Bagdá" (ECO, 1983, p. 51), isso não significa que ela poderia ser usufruída por todos mas, ao contrário, seu acesso era mediado pelo ex-bibliotecário, seu *arconte*, que o facilitava ou o proibia^{vi}. Essa prescrição pode ser ilustrada na seguinte passagem:

Somente o bibliotecário, além de saber, tem o direito de mover-se no labirinto dos livros, somente ele sabe onde encontra-los e onde guardá-los, somente ele é responsável por sua conservação [...] somente o bibliotecário sabe a colocação do volume, o grau de sua inacessibilidade, que tipo de segredos, de verdades ou de mentiras o volume encerra. Somente ele decide como, e se deve fornecer-lo ao monge que o está requerendo. Porque nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por uma alma piedosa. (ECO, 1983, p. 54)



Sobre o poder político do arquivo, vale mencionar uma nota de rodapé no texto derridiano no qual o autor afirma que não existiria poder político sem o controle do arquivo e, ainda, que "a democratização efetiva se mede sempre por esse critério essencial: a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação" (DERRIDA, 2001, p. 16, nota 1), insinuando que o arquivo não apenas media o poder da informação produzindo-o, mas que sustenta ainda o poder político. Matthew Battles, em *A Conturbada história das bibliotecas*, concorda com Derrida, notando que já na Antiguidade percebeu-se que o controle do conhecimento poderia se tornar um novo suporte para o exercício do poder. Assim, uma vez que os arcontes não só mediam os registros dos acontecimentos, o que acontece quando a renovação do arquivo, ou mesmo sua acessibilidade, não está em acordo com os propósitos dos guardiões?

O arquivo, presumidamente, é o registro da história, ou o seu vestígio, mas que está sujeito à vontade do seu guardião. A história está repleta de exemplos de autoridades que buscaram, através da subversão do arquivo, serem retratadas sob um luz mais favorável, compreendendo que o que é registrado e disponibilizado pode ser o que os leva à ruína ou à glória, o que os dá respaldo ou o que os contesta. O comando do arquivo significa poder, potência.

Em *O Nome da Rosa* esse problema é explícito. A disputa pelo poder, não apenas sobre o comando da biblioteca, mas sobre o acesso ao conhecimento humano que o controle ao arquivo possibilitava, era travada através do domínio e da manipulação do arquivo. Aos monges eram permitidas apenas as obras que alimentavam e enalteciam os preceitos da Igreja, autoridade máxima da Idade Média, sendo-lhes negado aquelas dissonantes pelo medo de que seu conteúdo fosse propagado, diminuindo assim, o poder eclesiástico. Como Jorge afirma em um sermão, "Não há progresso, não há revolução de períodos na história do saber, mas, no máximo, *continua e sublime recapitulação*"^{vii} (ECO, 1983, p. 542).

Em *A Arqueologia do saber*, Michel Foucault delinea o arquivo em relação às práticas discursivas, expondo que arquivos são "todos esses sistemas de enunciados - acontecimentos de um



lado, coisas do outro" (FOUCAULT, 2015, p. 157) concluindo que o arquivo "é o que, na própria raiz do enunciado - acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade" (FOUCAULT, 2015, p. 158). Para Foucault, o arquivo governa o que é dito ou não, gravado ou não gravado, discernindo uma estrutura subjacente que rege os sistemas de pensamento e os valores de qualquer sociedade em relação aos seus próprios povos e outros. Desta forma, entende-se que o arquivo é produzido subjetivamente por ser objeto de discurso e, assim como o discurso, seria parcial e nunca neutro e o seu controle seria uma forma de poder político, em consonância com o pensamento de Derrida e de Battles discutidos acima.

Em contrapartida, em *O que resta de Auschwitz*, Giorgio Agamben, tendo como ponto inicial a acepção de Foucault sobre o tema, conceitua o arquivo como

a massa do não-semântico, inscrita em cada discurso significativa como função de sua enunciação, a margem obscura que circunda e limita toda concreta tomada de palavra. Entre a memória obsessiva da tradição, que conhece apenas o já dito, e a demasiada desenvoltura do esquecimento, que se entrega unicamente ao nunca dito, o arquivo é o não dito ou o dizível inscrito em cada dito, pelo fato de ter sido enunciado. (AGAMBEN, 2008, p. 145)

O autor evidencia o arquivo não como uma formação discursiva tais quais as disciplinas acadêmicas, mas em relação a posição que o sujeito ocupa. O autor considera que existem condições em que a relação entre o que se diz e o indizível torna-se uma relação entre uma possibilidade e uma impossibilidade de discurso. Merewether, ao analisar Agamben, entende que, para o italiano, a "recapitulação dos termos que concernem a fala coloca ênfase nas condições que a permitem ou não e, portanto, no contexto do arquivo, torna mais evidente a fragilidade de sua autoridade"^{viii} (MEREWETHER, 2006, p. 12).

A partir da leitura do filósofo italiano, é possível levantar duas questões. Primeiro, o autor em seu texto reflete sobre os testemunhos dos sobreviventes de Auschwitz e sobre o arquivo histórico de tal evento e como no primeiro caso o enunciado é dependente do sujeito enquanto no segundo a posição de sujeito é deixada vazia.



Entretanto, a biblioteca na ficção de Eco é compreendida como “uma coisa viva, um receptáculo de forças não domáveis por uma mente humana” (ECO, 1983, p. 330). O espaço, resguardado a tanto tempo, estava pronto para ter seu acervo disponibilizado, podendo-se argumentar que seu arquivo era tanto testemunha quanto meio de experiência. O conhecimento, ou a sua proibição, desencadearam rastros.

Pode-se deduzir que Jorge escondeu o segundo tomo da *Poética*, livro cobiçado por certos monges da abadia, fazia muitos anos mas a biblioteca teve que esperar que a transgressão da personagem Venâncio quebrasse seu lacre. Até então, todo o conteúdo da biblioteca, não apenas do *finis Africae* - local onde os livros interditados eram ocultados - era restringido e mediado pela intervenção do personagem Jorge de Burgos que, através do controle sobre o bibliotecário, cerceava seu discurso, encerrando-o na biblioteca de forma a anulá-lo.

Como frei Guilherme pondera, “[o] bem de um livro está em ser lido [...]. Sem um olho que o leia, um livro traz signos que não produzem conceitos, e portanto é mudo” (ECO, 1983, p. 448). Agamben, ao opor arquivo e testemunho, pensa o arquivo como espaço e não como discurso. Enquanto o sobrevivente de Auschwitz rememora através da escrita ou de sua voz, a linguagem da biblioteca toma forma através de seu acervo.

Porém, Derrida afirma, referindo-se à sua participação em um filme, que “[i]sso parte de mim, quer dizer, isso procede de mim e, procedendo de mim, isso se separa de mim. É por isso que deixa um rastro. Quanto a mim, posso morrer a cada instante, o rastro fica aí” (DERRIDA, 2012, p. 120) e o mesmo pode ser aplicado ao rastro deixado pela biblioteca da abadia: independente de proibir ou libertar ou mesmo após a sua destruição, o que ela continha foi remetido, ou ainda absorvido por outros, em um relação com aquele espaço que possibilitou a criação de experiências, rastros que poderiam se tornar testemunho.

O segundo ponto que pode ser discutido a partir de Agamben é a questão do arquivo como algo que “circunda e limita toda concreta tomada de palavra” (AGAMBEN, 2008, p. 145). O arquivo, para o italiano, é um espaço no qual são guardadas fontes de



memória, mas é um espaço sujeito ao controle humano. O poder de limitar não se encontra no arquivo, mas em quem o rege. Jorge, ao esconder os livros considerados por ele perigosos, cerceava-os e cerceava seus discursos latentes, mas não apenas esses discursos sofriam esse controle. Na narrativa, a biblioteca, ou arquivo, pode tanto ser percebida como cerceadora quanto objeto cerceado. Cerceada porque seu acervo era emudecido pela atuação do *arconte* e cerceadora porque restringia o acesso ao acervo.

Foucault, que trabalhou as instituições como reguladoras de discursos e da vida da população, em *A História da loucura*, por exemplo, argumenta que a instituição assistencial não se constituía como instituição médica, mas como um local situado entre polícia e justiça, responsável pela exclusão de indivíduos tidos como perigosos no meio social cujo discurso era, assim, rejeitado. Semelhantemente, o arquivo poderia ocupar a posição do hospício, regulando e rejeitando os discursos que se desenvolvem dentro dele, podendo-se argumentar que, em *O Nome da Rosa*, ele é também regulado, manipulado e usado em prol de uma instituição maior e mais abrangente, no caso a Igreja Católica.

A biblioteca, um espaço conectado com o esclarecimento, com o acesso ao conhecimento tem na narrativa de Eco a função oposta e, ao final da leitura, entende-se que seu papel era na verdade o de instituição de confinamento de discursos; os livros que lá estavam, o faziam não para o estudo, mas para que ninguém tivesse acesso a eles como mostra a passagem abaixo, a qual ressalta ainda o elo inabalável entre arquivo e arconte.

Quero ver aquela cópia grega escrita em papel de pano, que então era muito raro, e que era fabricado em Silos, justamente perto de Burgos, tua pátria. Quero ver o livro que roubaste lá, após tê-lo lido, porque não queria que outros o lessem, e que escondeste aqui, protegendo-o de modo perspicaz, e que não destruíste porque um homem como tu não destrói um livro, mas apenas o guarda e cuida para que ninguém o toque. (ECO, 1983, p. 524)

O arquivo, antes de se constituir como depositório de memória, passa por um processo de seleção. Derrida, ao chamá-lo de processo político, se referia precisamente sobre esta questão. Quem seleciona?



Quais os requisitos que ao mesmo tempo em que admitem a entrada de um objeto também a impedem?

A seleção do arquivo é um ato político/ideológico, admitindo o que fortalece o discurso hegemônico e excluindo o que o ameaça.

Jorge, ao negar a existência do segundo livro da *Poética*, buscava excluir não a materialidade do livro, mas sua potência como discurso. O livro físico, se confirmado, visto, tocado, era a materialidade de algo que até então era apenas especulação. A materialidade era a prova da existência de uma verdade ainda velada.

Este cerceamento do conhecimento, essa manutenção do arquivo como artifício de poder tem no romance a função de manter a doutrina católica como predominante em um momento histórico de discórdia, de dissidência dentro do próprio catolicismo, no qual questões doutrinárias estavam sendo contestadas. Os dogmas religiosos se constituíam como um discurso mestre no período retratado no livro e, desta forma, qualquer entrada no arquivo que contestasse esses dogmas deveria ser interdita. Entretanto, a biblioteca da abadia, como já exposto, não se contentava apenas em preservar o melhor da cultura humana ou da produção intelectual daquela época, mas sim toda a produção humana possível. Seu objetivo, contudo, não era tornar disponível essa cultura e conhecimento, mas sim guardá-los, ou ainda esconder o que de pernicioso poderia ser encontrado.

Sobre o papel do rastro na formação do arquivo, Derrida explica que

há rastro assim que há experiência [...]. Portanto, onde quer que haja experiência há rastro e não há experiência sem rastro. Portanto, tudo é rastro, não apenas o que escrevo no papel ou registro numa máquina [...]. Há vestígio, retenção, protensão, e portanto, relação com algo outro, com o outro, ou com outro momento, outro lugar, remissão ao outro, há rastro. (DERRIDA, 2012, p. 129)

Pode-se argumentar então que Jorge buscava o apagamento do rastro ao eliminar a possibilidade de experiência, impedindo assim a construção de uma nova forma de pensar o mundo. A personagem do ex-bibliotecário na obra de Eco buscava a uniformização do pensamento religioso da época e por isso perseguia certos livros como uma forma de refrear ideias contrárias ao cânone por ele mesmo formado.

Nota-se que em *O Nome da Rosa* os livros são vistos como um veículo para o desenvolvimento ao mesmo



tempo em que representam uma ameaça. Esta dicotomia é abordada por Derrida em *A Farmácia de Platão* no qual, a partir de *Fedro*, de Platão, o autor discorre sobre a palavra escrita.

Este diálogo platônico acontece entre Fedro e Sócrates, que decidem sair da cidade e viajar pelo campo a fim de discutir um discurso escrito pelo sofista Lysias, discutindo conseqüentemente as virtudes da palavra escrita. Sócrates compara o texto escrito com um *phármakon*, ou seja, com algo que é ao mesmo tempo benéfico e maléfico, remédio e veneno. Todavia, mesmo em sua forma benéfica o *phármakon* não é inofensivo pois é, assim como a escritura, algo não natural, mas sim artificial, ou seja, um simulacro, uma *“sedução fatal da reduplicação: suplemento de suplemento, significante de um significante, representante de um representante”* (DERRIDA, 2005, p. 56).

Derrida vê, assim como Platão, a escritura como suplemento da fala, um ser vivo, natural ao homem, cujo prazo de existência é limitado, inerente como o de todo vivente. Nesse aspecto, a escritura, externa ao homem, é também algo não natural, estática, burlando o seu prazo de vida e existindo assim, artificialmente na posteridade. Diferentemente da fala que pode ser adaptada ao momento, ao ouvinte, à situação, deixando seus signos serem conduzidos pela necessidade, a escrita se mantém imutável,

[...] é esta vida da memória que o *phármakon* da escritura virá hipnotizar; fascinando-a, fazendo-a sair, então, de si e adormecendo-a no monumento. Confiante na permanência e na independência de seus *tipos (túpoi)*, a memória adormecerá, não mais se manterá, não conseguirá mais manter-se alerta, presente, o mais próximo da verdade dos entes. Petrificada por seus próprios guardiões, por seus próprios signos, pelos tipos confiados à guarda e à vigilância do saber. (DERRIDA, 2005, p. 52)

O excerto acima alude à passagem de Platão, citada por Derrida, que mostra o encontro entre Theuth e do rei Thanous, representante do deus dos deuses, Amon. O primeiro oferece ao segundo a escritura “um conhecimento que terá por efeito tornar os Egípcios mais instruídos e mais aptos para se lembrar: memória e instrução encontraram o seu remédio” (DERRIDA, 2005, p. 21). Entretanto, Derrida destaca a lacuna existente entre a escritura e a verdade, pois ao escolher a palavra remédio, se deixou de lado o outro

significado da palavra *phármakon*, usada pelos gregos tanto para remédio quanto para veneno.



Enquanto Theuth usou a vertente positiva da palavra de forma a impressionar o rei, este evidenciou a negativa; a escrita daria a ilusão de memória e de sabedoria, mas através dela se esqueceria mais e se saberia menos por causa das falsas crenças que inevitavelmente surgiriam mediante dela, “longe de ampliar ela reduz” (DERRIDA, 2005, p. 47). Assim, num texto escrito, a fronteira entre os opostos é embaçada. A escrita é oportuna, assim como o deus que a criou; escolhe termos que a favoreçam. É representante, máscara e repetição da fala e por não possuir caráter próprio não possui identidade ideal, é *aneidético*. O arquivo seria, portanto, um espaço preenchido por simulação de escritura e simulação de memória.

Esse *phármakon*, essa medicina, esse filtro, ao mesmo tempo remédio e veneno, já se introduz no corpo do discurso com toda a sua ambivalência. Esse encanto, essa virtude de fascinação, essa potência de feitiço podem ser – alternada ou simultaneamente – benéficas ou maléficas. (DERRIDA, 2005, p. 14)

Leonard Lawlor, em “Memory becomes Electra”, afirma que a memória, objeto do arquivo é, para Derrida, um simulacro, uma fabricação, constituindo-se ao mesmo tempo uma instituição cuja condição dupla ameaça o arquivo. Para ele “O arquivo é o que está por baixo ou mesmo além do presente vivo, torna possível a memória viva mas, por ser artificial, ameaça com a morte”^{ix} (LAWLOR, 1998, p. 797).

Esta artificialidade do arquivo se refere tanto ao duplo simulacro discutido acima por Derrida quanto também à fragilidade de seu material. O abade se refere aos livros guardados na biblioteca como *criaturas frágeis* cujos inimigos são, além do próprio homem, o manuseio, o tempo e a natureza. Por mais trivial que este aspecto físico do arquivo pareça em contraste com as questões de memória e escritura, é ele também capaz de destruir.

Ao se referir sobre o arquivo, Derrida usa os termos pulsão de morte e princípio de prazer, presentes em *Além do princípio do prazer*, escrito por Sigmund Freud em 1920, para caracterizar a dicotomia do arquivo. O autor se detém no primeiro termo dizendo que

[...] esta (a pulsão de morte) não deixa nunca nenhum arquivo que lhe seja próprio. Ela destrói seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação de seu próprio movimento mais característico. [...] [E]la devora seu arquivo antes mesmo de tê-lo produzido

externamente [...]. A pulsão de morte é, acima de tudo, anarquívica, poderíamos dizer, arquiviolítica. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo. (DERRIDA, 2001, p. 21)



De acordo com Lawlor, Derrida se concentra na teoria psicanalítica freudiana para formular a sua sobre arquivo pois essa manifesta um tema e uma pulsão de morte sem a qual não haveria qualquer desejo ou possibilidade para o arquivo, pois este seria constituído tanto por um impulso de salvar quanto de destruir. Esses impulsos antagônicos são percebidos pela conservação de livros, documentos e manuscritos nele guardados que conservam não apenas o bom, ou melhor da cultura e da sabedoria de um povo, mas também seus erros e derrotas, o que lhe faz bem, mas também mal. Assim, o arquivo, formado por fragmentos, por vestígios, ao preservar a memória e a cultura do passado acaba criando a possibilidade de fragmentar ou desestabilizar o presente pois pode contestar a história, a lembrança registrada e a si mesmo.

Derrida entende que o desejo arquivístico busca assegurar a sua continuidade frente a um futuro ameaçado pela morte e, desta forma, a manutenção do arquivo, da memória cultural de uma civilização, intenta burlar o esquecimento, tentando resistir a inevitabilidade de sua própria destruição mas isso seria utópico pois todo o trabalho de arquivamento é provisório, "feito para organizar a sobrevivência relativa , pelo maior tempo possível em condições políticas ou jurídicas dadas, de certos rastros deliberadamente escolhidos" (DERRIDA, 2012, p. 131).

Ainda, o francês ao explicar sobre o *phármakon*, remete ao *phármakos* - *feiticeiro, mágico, envenenador*-. Sobre esse, Derrida explica que ele

representa o mal introjetado e projetado. Benéfico enquanto cura – e por isso venerado, cercado de cuidados – maléfico enquanto encarna as potências do mal – e por isso temido, cercado de precauções. Angustiante e apaziguador. Sagrado e maldito. (DERRIDA, 2005, p. 80)

O autor remete a uma passagem na qual Sócrates é identificado como *phármakos* e, a partir disto, pode-se argumentar que o mesmo poderia ser dito sobre o papel de Aristóteles no romance de Eco. Jorge o via como um encantador, um agente que através da palavra escrita seduzia e levava ao desvio aqueles que o liam.



Na narrativa de Eco, quando questionado por frei Guilherme do porquê o segundo tomo da *Poética* de Aristóteles, dedicado à comédia, deveria ser mais vedado do que outros, talvez mais heréticos e blasfemos, o ex-bibliotecário responde que

Porque era do Filósofo. Cada livro daquele homem destruiu uma parte da sabedoria que a cristandade acumulara no correr dos séculos. Os padres disseram aquilo que era preciso saber sobre a potência do Verbo, e bastou que Boécio comentasse o Filósofo para que o mistério divino do Verbo se transformasse na paródia humana das categorias e do silogismo [...] Cada uma das palavras do Filósofo, sobre as quais já agora juram também os santos e os pontífices, viraram de cabeça para baixo a imagem do mundo. (ECO, 1983, p. 532)

Durante toda a narrativa, o nome do filósofo grego é mencionado como sendo referência, seja pela sua contribuição sobre as coisas naturais, metafísicas ou filosóficas, "sem dúvida [...] o mais sábio de todos os homens" (ECO, 1983, p. 93). Para Jorge, o problema não era que a plebe, os simples, tivessem acesso à segunda parte de sua *Poética*, mas que o culto, o douto usasse o discurso já legitimado, por ser de Aristóteles, para legitimar uma prática contrária à ideologia do ex-bibliotecário.

Ainda sobre a palavra escrita, Derrida explica que um de seus perigos é o fato de que ela não se sustenta por si só e, por ser sempre uma *fala enfraquecida* que "terá sempre necessidade da assistência de seu pai" (PLATÃO, 275 apud DERRIDA, 2005, p. 96), é um

discurso sem grande responsável (que) é como todos os espectros: errante [...] como alguém que perdeu seus direitos, como um fora-da-lei, um desviado, um mau rapaz, um vagabundo ou um aventureiro. Correndo as ruas ele não sabe nem mesmo quem ele é, qual é a sua identidade, se é que tem uma, e um nome, aquele de seu pai. Ele repete a mesma coisa quando é interrogado em todos os cantos de rua, mas não sabe repetir a sua origem [...] esse significante quase insignificante está à disposição de todo o mundo, igualmente dos competentes quanto dos incompetentes, daqueles que entendem e nele se entendem e daqueles que não tem nenhum interesse nisso, e que, não conhecendo nada dele, podem afligi-lo com todas as impertinências. (DERRIDA, 2005, p. 96)

O segundo volume da *Poética*, na obra de Eco, diferente dos discursos escritos mencionados por Platão, ou Derrida, tinha um *pai* que lhe dava respaldo incondicional e cujo valor era sancionado inclusive pela Igreja Católica. Entretanto, esse fato não diminuía o seu perigo, ao contrário, amplificava-o pois, como Jorge pressentia, as ideias presentes nessa obra, se postas à disposição de quem as



buscasse, ou melhor, soubesse lê-la, poderiam subverter a hegemonia da religião na vida dos fiéis. *Competentes* ou *incompetentes* poderiam interpretar a obra de Aristóteles sem necessidade de permissão ou de anuência de seu autor, tirando dela conclusões que não mais poderiam ser refutadas devido ao caráter *errante* do discurso escrito. Assim, Derrida, em obras diferentes, expõe dois "personagens" gregos fundamentais para a compreensão de arquivo e da palavra escrita, o *arconte*, aquele que protege e *pharmakós*, o que fascina.

Ao final do romance de Eco, a biblioteca é destruída após Jorge derrubar uma vela no labirinto. Seu acervo foi inteiramente destruído graças ao fanático controle com que Jorge e também os bibliotecários que vieram antes dele protegiam a biblioteca das forças externas. Os monges, acostumados com a impenetrabilidade e certos da solidez do Edifício, não compreendiam que aquela construção era passível a qualquer desastre, ou acidente, capaz de destruir uma estrutura mais "terrena". Para eles, a biblioteca da abadia era um mito, invulnerável e eterno que resistiria ao tempo e manteria seu status como uma, se não a maior, biblioteca da cristandade e, por isso, não sabiam como conter o fogo. O mesmo controle usado para proteger foi a causa de sua destruição, o que pode ser compreendido como um lembrete da fragilidade do poder humano.

A biblioteca de Eco ainda trai a sua razão de servir como repositório de memória e de saber visto que encerra, apenas protege, mantendo seu acervo sob o domínio de um projeto político. Esse duplo movimento de guardar e cercar, ou ainda de selecionar e excluir, leva à queima de arquivo, no caso de *O Nome da Rosa* de forma literal. O desejo extremo de guardar e não revelar os tesouros guardados no labirinto levaram ao desfecho funesto do romance. Ao mesmo tempo em que o arquivo tenta se manter inviolável, corre o risco de ser destruído tanto por sua fragilidade física quanto pelo poder que ele encerra.

O Edifício, que parecia um tetrágono sólido, revelava naquela contingência sua fraqueza, suas fendas, as paredes carcomidas desde o interior [...]. A biblioteca fora condenada por sua própria impenetrabilidade, pelo mistério que a protegia, pela exiguidade de seus acessos. (ECO, 1983, p. 549)



e

Em breve o lugar tornou-se um braseiro, um sarçal ardente. Os armários também participavam daquele sacrifício e começavam a crepitar. Dei-me conta de que todo o labirinto outra coisa não era senão uma imensa pira de sacrifício, preparada à espera duma primeira fagulha. (ECO, 1983, p. 544)

Estas duas últimas citações exemplificam o duplo papel do arquivo, ou como Derrida chamaria - tomando emprestado os termos freudianos, o seu princípio do prazer e a sua pulsão de morte. Um decorre do outro, numa relação indelével na qual em alguns momentos fortalece e em outros destrói o arquivo de dentro. Da magnitude da biblioteca e de seu labirinto e da própria abadia, só sobraram as ruínas e memória daqueles que dela usufruíram.

A biblioteca do mosteiro idealizado por Eco havia ultrapassado a já tênue linha entre a proteção e a proibição, priorizando a última. Esse interdito imposto à biblioteca acarretou a série de assassinatos investigados pela personagem Guilherme que, no decorrer da trama, chega a conclusão que não só a motivação para as mortes era a tentativa de vedar o acesso a um determinado livro, mas também a tentativa dos monges assassinados de transgredir o interdito. O segundo livro da *Poética* de Aristóteles, na ficção de Eco, representa exatamente a ambivalência exposta por Derrida sobre o *phármakon*: era tanto o remédio, o bálsamo de conhecimento que os monges buscavam como também carregava o veneno que os levava à morte.

Ainda em *A fârmácia de Platão*, Derrida alude ao caráter irresistível da escritura, "esse encanto, essa virtude de fascinação, essa potência de feitiço" (DERRIDA, 2005, p. 14) ou ainda uma "sedução fatal" (DERRIDA, 2005, p. 56). O autor afirma que

Operando por sedução, o *pharmakon* faz sair dos rumos e das leis gerais, naturais, habituais. Aqui, ele faz Sócrates sair de seu lugar habitual e de seus caminhos costumeiros. Estes sempre o retinham no interior da cidade. As folhas da escritura agem como um *pharmakon* que expulsa ou atrai para fora da cidade aquele que dela nunca quis sair. (DERRIDA, 2005, p. 14)

A razão para a transgressão dos monges no romance de Eco se encontrava nessa sedução do discurso escrito

exposta por Derrida. A fascinação pelo proibido os impelia a burlar o interdito, mas era a palavra escrita a raiz desse desejo, como observa o narrador Adso: "o que para os laicos é a tentação do adultério e para os eclesiásticos regulares é a avidez de riquezas, para os monges é a sedução do conhecimento" (ECO, 1983, p. 215).



REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O autor como gesto. In: _____. *Profanações*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 49-57.

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BATTLES, M. *A Conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2003.

BIRMAN, J. Arquivo e Mal de Arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza Humana*, São Paulo, 2008, v. 10, n. 1, p. 105-128. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2016.

DERRIDA, J. *A Farmácia de Platão*. Tradução Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo: Uma impressão freudiana*. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, J. *Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979-2004)*. Tradução Marcelo Jaques de Moraes. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

ECO, U. *O Nome da Rosa*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

ECO, U. Postscript. In: _____. *The name of the rose*. London: Vintage, 2004. p. 538-576.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, M. *A história da loucura*. Tradução José Teixeira Coelho Netto. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

LAWLOR, L. Memory becomes Electra. *The Review of Politics*, Notre Dame, v. 60, n. 4, p. 796-798, 1998. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1408265>> Acesso em: 27 abr. 2016.



MEREWETHER, C. (Ed.) *The Archive*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2006.

Recebido em 30 de novembro de 2020.

Aprovado em 11 de fevereiro de 2021.

THE LIBRARY AS A SPACE OF POWER RELATION IN UMBERTO ECO'S THE NAME OF THE ROSE

Abstract: This article aims to analyse the space of the library in *The Name of the Rose*, Umberto Eco's novel, as a place where there is a dispute over power manifested mainly through the interdict of the books kept there, understood here as archive. Its purpose is to investigate where the archive's power resides and in what ways its discourse is controlled, underlining the dependence existing between the terms archive and archon or, in the case of the analysed novel, the relationship between library and librarian. For this article, philosophers Jacques Derrida, Michel Foucault and Giorgio Agamben were used predominantly, in addition to other researchers who investigated the relations of archive-discourse-power.

Keywords: Novel; Archive; Control; Discourse; Library.

173

ⁱ O nome do personagem Jorge de Burgos remete diretamente ao escritor argentino Jorge Luis Borges. Umberto Eco, em *O Posfácio ao Nome da Rosa* conta que frequentemente lhe perguntavam por que o personagem Jorge era tão perverso e se o personagem remetia ao autor argentino, ao que ele respondia que "I wanted a blind man who guarded a library (it seemed a good narrative idea to me) and library plus blind man can only equal Borges, also because debts must be paid" (ECO, 2004, p.553).

ⁱⁱ Frei Guilherme sumariza essa situação explicando que "O mesmo saber que as abadias tinham acumulado era agora usado como mercadoria de troca, razão de soberba, motivo de vanglória e prestígio; assim como os cavaleiros ostentavam armaduras e estandartes, os nossos abades ostentavam códices ilustrados" (ECO, 1983, p. 217).

ⁱⁱⁱ No original: "[...] the means by which historical knowledge and forms of remembrance are accumulated, stored and recovered".

^{iv} Todas as traduções foram feitas pelos autores.

^v No original: "the archive, as distinct from a collection or library, constitutes a repository or ordered system of documents and records, both verbal and visual, that is, the foundation from which history is written".

^{vi} Derrida afirma que "Logo que há uma instituição, há pessoas que são apontadas e que tem reconhecida competência para controlar o arquivo, isto é, para escolher o que se guarda e o que não se guarda, aquilo a que se dá acesso a quem se dá acesso, quando e como e etc.

(DERRIDA, 2012, p. 130), entendimento refletido na passagem citada acima sobre a autoridade do bibliotecário em *O Nome da Rosa*.

^{vii} Grifo nosso.

^{viii} No original: "This recasting of the terms towards the speaking subject places greater emphasis on the conditions which allow or disallow for speech and therefore, in the context of the archive, makes more evident the fragility of its authority".

^{ix} No original: "The archive is what lies below or even beyond the living present, it makes living memory possible and yet, being artificial, it threatens with death".

